

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.280 – Brasília, quinta-feira, 8 de dezembro de 2005

Mudança em código agiliza execução da cobrança de dívida

Projeto aprovado pelo Senado dispensa a abertura de novo processo para viabilizar recebimento de dívida objeto de ação de cobrança. **Página 5**



Líderes da CMO decidiram só discutir problemas do Orçamento após anúncio da estimativa de arrecadação para o próximo ano

Acordo permite votação de créditos orçamentários hoje

Recursos solicitados pelo Executivo serão destinados a investimento e custeio. Acordo entre os líderes para votação na Comissão de Orçamento não inclui o maior pedido de crédito – R\$ 7,13 bilhões para os ministérios da Previdência e do Trabalho –, que pode ser examinado extrapauta. **Página 4**

Saúde não vai absorver R\$ 1,2 bi do Bolsa-Família

Senado manteve decisão da Câmara que rejeitou transferência via medida provisória. **Página 5**

EM BUSCA DA RECUPERAÇÃO DO MÍNIMO

Criada comissão conjunta do Senado e da Câmara para realizar estudos destinados a implantar uma política de reajuste do salário mínimo



Na presença do presidente da Câmara dos Deputados, parlamentares e sindicalistas, Renan defende a adoção de medidas criativas para alavancar o poder de compra do mínimo

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, instituíram ontem comissão mista que deverá propor uma política de médio e longo prazos para recuperação do salário mínimo. Durante a solenidade, Renan defendeu a adoção de uma remuneração capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador. Líder na luta pelo aumento do mínimo, Paulo Paim saudou a iniciativa. **Página 3**

CPI quer ouvir dirigentes de fundos de pensão



Serraglio e Delcídio ouvem depoimento de Henrique Pizzolato (segundo à direita)

A CPI dos Correios pretende ouvir representantes de fundos de pensão que, segundo investigação preliminar, realizaram transações suspeitas. Ontem, a comissão tomou novo depoimento de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do BB. **Página 6**

Trabalho escravo, um problema de 40 mil pessoas

Aproximadamente 40 mil pessoas são submetidas a trabalho escravo no Brasil, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentados em audiência pública sobre o tema na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Na reunião, foi debatido projeto que declara improdutiva a terra onde for constatado trabalho escravo. **Página 2**

Comissão vai sistematizar projetos sobre segurança

Comissão de parlamentares incumbida de sistematizar projetos relacionados à segurança pública, em tramitação no Congresso Nacional, inicia seus trabalhos hoje. O senador César Borges, um dos integrantes da comissão, disse que o colegiado fará um grande esforço para viabilizar a votação de projetos que possam melhorar a segurança. **Página 4**

Recriação da Sudene é aprovada pela CCJ

Substituto de Tasso Jereissati ao projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi acolhido pela Comissão

de Justiça. A proposta, originária do Executivo, segue para votação em Plenário e, se aprovada, volta ao exame dos deputados. **Página 7**



Proposta de Jereissati (D) foi acolhida por votação simbólica na Comissão de Justiça

Aproximadamente 40 mil pessoas são submetidas a trabalho forçado no Brasil, segundo representante da OIT

Comissão debate trabalho escravo

Cerca de 40 mil pessoas são submetidas a trabalho escravo no Brasil, segundo dados apresentados pela coordenadora nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Patrícia Souto Aldi, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De iniciativa da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a reunião teve o objetivo de debater projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que define critérios para a classificação do imóvel rural. Conforme a proposta (PLS 46/04), não será considerado produtivo o imóvel em que for

constatado trabalho escravo ou análogo, trabalho infantil, crime ambiental e culturas ilegais.

Patrícia Aldi observou que o descumprimento de aspectos da legislação trabalhista não pode ser confundido com trabalho escravo, que, segundo ela, caracteriza-se pelo uso da coerção física e pela falta de liberdade.

Participaram também da discussão o chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Valdez Farias, e o assessor técnico da Secretaria de Biodiversidades e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Luiz Carlos Balcewicz.



Patrícia Aldi explica que trabalho escravo implica coerção física e restrição de liberdade

Cristovam admite mudanças no projeto

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou durante audiência pública na CRA que modificará o projeto de lei que estabelece critérios para definir uma propriedade rural como produtiva ou improdutiva (PLS 46/04).

As mudanças devem-se a "imprecisões conceituais" apontadas pelo relator, Osmar Dias (PDT-

PR), como a não conceituação de "trabalho infantil" e a imposição da desapropriação de terras (medida mais branda) no lugar da expropriação (que não assegura indenizações), em caso de ocorrência de trabalho escravo. Essas alterações serão feitas por meio de proposta de emenda constitucional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Projeto altera Plano Nacional de Viação

O Plenário tem sessão deliberativa às 9h. Em pauta, emendas constitucionais e o projeto que altera o Plano Nacional de Viação (PLS 14/05) e inclui na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional trecho ligando os municípios de Mantena e Uaporanga (MG).

Sessão marca combate à violência contra a mulher

Às 10h será realizada sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados, para celebrar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. A iniciativa, que marca o fim do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, é da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



Desenvolvimento econômico e social em discussão

O desenvolvimento econômico e social do Brasil é tema de audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 9h30.

A reunião, com a participação do ex-ministro Rubens Ricúpero e do cientista político Hélio Jaguaribe, tem como objetivo saber as razões

por que, a partir de 1970, o Brasil cresceu em ritmo inferior ao das nações consideradas menos desenvolvidas à época.

Correios ouve superintendente do Rural

A CPI dos Correios ouve, às 11h, o ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho. Ele declarou que, antes de conceder os empréstimos a Marcos

Valério, o banco sabia que a dívida não seria quitada e que a operação serviria apenas para forjar uma origem legal para os recursos do valerioduto.



Meninos de rua são tema de audiência na CAS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove reunião para discutir a situação dos meninos e meninas brasileiros

que moram nas ruas. Participam do encontro o representante do Comitê Nacional de Combate à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças

e Adolescentes do Ceará, Bernardo Rosemeyer, e o secretário de Direitos Humanos, Mário Mamede, entre outros.

Confraternização de Natal

Haverá missa, às 11h, pelo encerramento dos trabalhos legislativos e confraternização de Natal. A celebração, oficiada por dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília, terá a presença do nuncio apostólico e embaixador da Santa Sé, dom Lorenzo Baldisseri, e do Coral do Senado.

Atendimento ao cidadão

O serviço Alô Senado recebe as dúvidas, sugestões e reclamações do cidadão pelo telefone 0800 612211. As ligações são gratuitas em todo o território nacional. O atendimento funciona 24 horas por dia. A Câmara dos Deputados também oferece o serviço, pelo número 0800 619619.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Jefferson Péres e Teotônio Vilela

Oito senadores e oito deputados estudarão a implantação de uma política permanente para que o salário mínimo possa atender às necessidades do trabalhador

Cristovam: política requer também bons serviços públicos

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou sua satisfação pela criação de comissão especial que irá propor uma política de médio e longo prazos para recuperação do salário mínimo, que permita a reversão das desigualdades sociais. O senador observou, no entanto, que não basta aumentar gradativamente o valor do salário, sendo necessário também prestar serviços públicos de qualidade que permitam uma vida digna ao trabalhador.

– É preciso também educação, saúde, saneamento, habitação. São dois eixos: o salário direto crescente ao longo do tempo e os serviços públicos, ainda mais necessários, que façam o trabalhador sair da pobreza – frisou.

Cristovam disse que será uma honra estar ao lado de Paulo Paim (PT-RS) e outros parlamentares para, juntos, definirem uma política que reduza a distância entre as classes sociais e as defasagens entre os valores do maior e do menor salário, que, no Brasil, é de 40 a 50 vezes. Sugeriu ainda que Paim seja presidente ou relator da comissão.



Cristovam cobra educação, saúde, saneamento e moradia para trabalhador

ACM afirma que não aceita proposta inferior a R\$ 400

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou não ter sido indicado para participar da comissão especial que irá propor uma política nacional para o salário mínimo, colocando-se como o maior defensor da questão dentro de seu partido. O senador aproveitou para mandar um recado aos membros do colegiado, dizendo que não irá tolerar proposta de piso inferior a R\$ 400 em 2006. Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o pefelista terá cadeira cativa na comissão por sua história de luta em defesa do salário mínimo.



Renan, ao lado de senadores e deputados, classifica a iniciativa como mais um passo para inserir o Brasil entre os países desenvolvidos

Comissão mista vai criar política para reajuste do salário mínimo

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, instituíram, ontem, comissão mista composta por oito senadores e oito deputados para efetuar estudos destinados a implantar uma política de reajuste do salário mínimo. Renan classificou a comissão como mais um passo no compromisso de inserir o Brasil entre os países desenvolvidos.

– Defendi essa política permanente para o salário mínimo e, mais que essa política, defendi que tomássemos medidas, com alguma criatividade, para ajudar a alavancar o poder de compra desse salário, que nós pretendemos seja o maior. E entendo como maior salário mínimo exatamente aquele que a economia pode pagar – ressaltou Renan.

Diante de lideranças políticas e sindicais que participaram da solenidade em seu gabinete, o presidente do Senado afirmou que a comissão buscará apontar soluções para que o salário mínimo seja efetivamente capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Reforma tributária

Renan Calheiros enfatizou que, assim como o salário mínimo, a reforma tributária, que precisa ter sua votação concluída na Câmara, também se integra no propósito de garantir os ganhos do trabalhador, mediante a desoneração dos produtos da cesta básica. E assegurou que tudo o que for necessário será feito para que o país avance na inclusão social.

▼ Piso ficará entre R\$ 321 e R\$ 400, diz ministro

O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, disse ontem, em entrevista coletiva no Senado, que o novo valor do salário mínimo deverá ficar entre R\$ 321 e R\$ 400, mas a decisão final será do presidente da República.

– Por enquanto, é um processo de debate. Tem um número que foi para o Orçamento, que é de R\$ 321, e as pessoas falam de R\$ 400. Eu posso antecipar que R\$ 400 é um número excessivamente alto para a contabilidade da Previdência Social. Não que os trabalhadores brasileiros não mereçam, mas as coisas não são do jeito que a gente quer. A gente quer e tem que poder fazer. Eu diria que está entre R\$ 321 e R\$ 400 – observou o ministro.

– Esse é o estado de espírito tanto da Câmara quanto do Senado. E, já que a reforma tributária é uma das prioridades dessa agenda do país, logo que ela for definitivamente aprovada, nós vamos ter, ao lado da elevação do poder de compra do salário mínimo, como consequência dessa política permanente, uma outra elevação, resultante da desoneração dos produtos da cesta básica, superior à elevação do poder de compra do salário mínimo conseguida no início do Plano Real – destacou o presidente do Senado.

Getúlio Vargas

O presidente da Câmara também discursou na solenidade, para dizer que a iniciativa devia

ser celebrada como “um momento elevado da vida do Congresso Nacional, da vida do movimento sindical e da vida do nosso país”. Aldo Rebelo também disse que, por um gesto de justiça, ali devia ser lembrada a figura do ex-presidente Getúlio Vargas.

– Foi sob seu governo que os trabalhadores brasileiros conheceram um momento de virada na história política, econômica e social do Brasil. Foi quando o país despertou para suas enormes potencialidades – lembrou o presidente da Câmara.

União

Condutor, há 15 anos, de uma luta para aumentar o poder de compra do salário mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) deixou a solenidade celebrando o fato de ser a primeira vez que Câmara e Senado se unem para criar uma comissão mista destinada a estabelecer uma política permanente para a remuneração dos trabalhadores brasileiros.

– O primeiro passo foi dado. Venho trabalhando por isso há anos. Sinto-me contemplado – assinalou Paim.

Integram a comissão do salário mínimo os senadores José Jorge (PFL-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), César Borges (PFL-BA), Amir Lando (PMDB-RO), Luiz Otávio (PMDB-PA), Paulo Paim, João Ribeiro (PL-TO) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Pela Câmara, participarão os deputados Vicentinho (PT-SP), Cláudio Rorato (PMDB-PR), Fábio Souto (PFL-BA), Walter Barelli (PSDB-SP), Leodegar Tiscoski (PP-SC), Jackson Barreto (PTB-SE), Medeiros (PL-SP) e Vittorio Mediolini (PV-MG).

Paim comemora ação para estudar aumento salarial

Reconhecido por seus pares como símbolo da luta para aumentar o poder de compra do salário mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou em Plenário a instalação, na manhã de ontem, da comissão mista – formada por oito deputados e oito senadores – para efetuar estudos destinados a implantar uma política de reajuste do salário mínimo. Segundo o senador, essa é a primeira vez que as duas Casas se unem para encontrar uma solução nesse sentido.

– O mais importante não é só fixar o salário mínimo, mas implementar uma política permanente para sua recuperação. De fato, se fôssemos cumprir a Constituição, o salário teria de estar em torno de R\$ 1.500. O debate está entre R\$ 340 e R\$ 400. Nem o movimento sindical vê de forma diferente. Entre o ideal e o possível sabemos que há uma distância grande – afirmou Paim.

O senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) disse que não é possível se sentir tranqüilo em um país onde há pessoas que reviram lixo para sobreviver, e cobrou a diminuição da desigualdade entre os menores e os maiores salários. Por sua vez, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que essa disparidade, no Brasil, é uma das mais chocantes: o salário mais elevado é 67 vezes maior que o menor. Segundo ele, essa diferença em “países civilizados” é de cerca de dez vezes.

Documentário

Paulo Paim também parabenizou a produção da TV Senado sobre o Quilombo dos Palmares, classificando-a como “uma belíssima reportagem”. Para o senador gaúcho, a TV agiu de forma politicamente correta ao fazer uma retrospectiva da história de Zumbi muito próximo da realidade, demonstrando a diversidade racial.



Paim: se fôssemos cumprir a Constituição, mínimo estaria em torno de R\$ 1.500



Agripino contesta entrevista do presidente da República sobre a economia brasileira

Para Agripino, Lula está mal informado

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), contestou ontem a afirmação do presidente Lula sobre a situação da economia brasileira. O presidente, assinalou Agripino, “está mal informado ou sendo enganado por assessores” ao dizer que a economia brasileira passa atualmente por um ciclo virtuoso. Na avaliação de Agripino, “parece que Lula não viu” os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de queda de 1,2% no produto interno bruto (PIB).



Para Almeida Lima, PT aprofundou o neoliberalismo no país e se rendeu ao FMI

Almeida Lima pede mudanças na economia

Ao estabelecer um paralelo entre as políticas econômicas adotadas pela Argentina e Brasil, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que o PT se rendeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aprofundou o neoliberalismo no país.

Ele alertou o governo para que sejam feitas mudanças na economia a fim de se evitar o caos no Brasil. A crise, de acordo com Almeida Lima, poderá ser de grandes proporções e mais vexatória do que a enfrentada na Argentina por Carlos Menem.

Renan inicia conversas com Aldo, lideranças e presidentes das CPIs para decidir sobre possível autoconvocação do Congresso para assegurar o funcionamento das comissões de inquérito

Começam entendimentos para autoconvocação do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que já iniciou conversas com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, os líderes partidários e os presidentes das CPIs dos Correios e dos Bingos para tratar de uma possível autoconvocação do Congresso, caso a oposição mantenha a disposição de obstruir a votação do Orçamento da União.

– A autoconvocação é uma das hipóteses. Vamos analisar se manteremos o recesso, como manda a Constituição, ou se vamos convocar o Congresso – assinalou Renan.

De acordo com Renan, o Conselho de Ética da Câmara e as CPIs poderiam ficar funcionando durante o recesso, que começa no dia 16, enquanto os trabalhos do Plenário do Senado e da Câmara ficariam suspensos até o dia 10 ou 12 de janeiro. A partir dessa data, as reuniões de Plenário seriam retomadas.

O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, que esteve com Renan, afirmou que o governo não vai convocar extraordinariamente o Congresso e lembrou que a autoconvocação depende de decisão do Senado e da Câmara.

– O presidente do Senado entende que para o próprio Congresso é positivo que a gente consiga entregar aquilo que é esperado pela sociedade: tanto os relatórios das CPIs quanto a votação do que é importante.

Homenagem

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, agradeceu o presidente do Senado, Renan Calheiros, com a Medalha do Mérito Legislativo, comenda ofertada a personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao Poder

Legislativo ou ao Brasil. Entre os condecorados, estão o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, o vice-presidente da República, José Alencar, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o governador do Ceará, Lúcio Alcântara, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o jornalista Carlos Chagas.



Presidente da Câmara, Aldo Rebelo (D) condecora Renan Calheiros, presidente do Senado, com o Mérito Legislativo

Na CMO, acordo permite votação de 15 pedidos de créditos

Líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento fecharam acordo ontem para votação, hoje, de 15 pedidos de créditos feitos ao Congresso pelo presidente da República. O dinheiro será empregado em investimentos e custeio.

O acordo não incluiu o maior pedido de crédito feito pelo governo – R\$ 7,13 bilhões – para os ministérios da Previdência e do Trabalho, destinados inclusive ao pagamento de benefícios previdenciários e assistência a idosos e deficientes. Existe possibilidade de que o pedido seja votado extrapauta, desde que os líderes da oposição concordem e o relator da matéria, deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO), apresente seu parecer sobre o pedido.

Os líderes resolveram só discutir os problemas ainda não resolvidos do projeto de Orçamento de 2006 depois que o Comitê de Receitas decidir quanto a União arrecadará a mais no próximo ano.

Parlamentares iniciam análise de projetos sobre segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que, na manhã de hoje, se reunirá pela primeira vez a comissão de parlamentares incumbida de sistematizar projetos relacionados à segurança pública em tramitação no Congresso que possam ser votados ainda em dezembro. A comissão, que terá caráter informal, é composta pelos senadores César Borges (PFL-BA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) e pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Alberto Fraga (PFL-DF).

Entre as matérias que possivelmente serão analisadas pela comissão está a proposta de emenda à Constituição apresentada por Renan Calheiros que estabelece percentuais mínimos de gastos com segurança pública – União (15%), estados (7%), Distrito Federal (5%) e municípios (1%). Pelo projeto, os recursos definidos não poderiam ser contingenciados sob qualquer pretexto.

Ana Júlia: imprensa não destaca prisão de ex-candidato do PSDB

Ao comentar a recente prisão de um ex-candidato a prefeito do PSDB por tráfico de drogas, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) questionou a postura dos principais órgãos de imprensa do país. Ao discursar ontem em Plenário, ela afirmou que o fato recebeu pouco destaque na mídia, ao contrário do que ocorreria se o preso fosse membro do PT. Missil-



Ana Júlia observa que se petista fosse preso com 500 kg de droga seria notícia nacional

van Xavier dos Santos, que em 2004 concorreu pelo PSDB à prefeitura de Tupiratins (TO), foi preso por transportar 500kg de cocaína.

– Se um integrante do PT fosse

preso com meia tonelada de cocaína, isso resultaria em manchete de primeira página nos principais jornais.

Eduardo Suplicy (PT-SP) acrescentou que “isso constitui motivo de reflexão para a oposição, que acusa o PT de forma generalizada, como se todos seus integrantes praticassem atos ilegais”. Ana Júlia lembrou que o preso quase se elegeu prefeito e ressaltou que “não tem por que duvidar de que o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) desconhecia as práticas ilícitas desse senhor”.



Garibaldi diz que decisão só terá validade quando Senado cancelar vigência de artigo da Lei 9.718/98

Garibaldi pede agilidade na revisão da Cofins

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou à Presidência do Senado para que agilize a suspensão do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que define a base de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Esse dispositivo já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas a decisão só vai valer quando o Senado determinar o cancelamento de sua vigência.



Sibá informa que programa gera 77% dos empregos no campo e equivale a mais de 10% do PIB

Sibá exalta agricultura familiar

A agricultura familiar está abandonando a imagem de uma produção precária e de subsistência graças ao esforço dos próprios produtores e a uma série de programas do governo Lula. A opinião foi emitida em Plenário pelo senador Sibá Machado (PT-AC) em pronunciamento realizado ontem. Ele informou que a agricultura familiar já representa mais de 10% do produto interno bruto (PIB) nacional, gera 77% dos empregos no campo e é responsável por 60% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro.

Medida provisória que trancava a pauta desde o dia 29 de novembro é uma das várias propostas examinadas ontem pelo Plenário do Senado

Viaduto em Sinop terá nome de fundador

O Plenário aprovou o Projeto de Lei da Câmara 77/05, que dá ao viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, em Mato Grosso, na rodovia federal BR-163, a denominação “Viaduto Colonizador Ênio Pipino”. A matéria vai à sanção.

Conforme justifica Celcita Pinheiro (PFL-MT), autora da proposta, a cidade de Sinop, assim como diversos outros núcleos urbanos do estado, deve sua implantação ao Projeto de Colonização Gleba Celeste, desenvolvido por Ênio Pipino. O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou parecer favorável pela sua aprovação, com emenda de redação.

Atenção integral ao portador de hepatite

O Senado acatou o Projeto de Lei da Câmara 50/05, que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo que o SUS prestará atenção integral aos portadores de hepatite, com a participação da sociedade. A matéria vai à sanção presidencial.

O relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ressaltou a relevância do projeto, pelo número de pessoas que poderão ser beneficiadas, cerca de 5,5 milhões.

Empréstimo e meio ambiente

Dois projetos de resolução foram aprovados ontem pelo Senado. Um deles, o PRS 87/05, modifica a Resolução 43/01 e define que, a partir de 1º de junho de 2006, quando uma autarquia solicitar um empréstimo, será consultada a adimplência não só dela, mas de todos os demais órgãos que integram a unidade da Federação da qual ela faz parte.

Já o PRS 88/05 autoriza o governo federal a contratar, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), empréstimo de US\$ 8 milhões para financiar o Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental.

Dinheiro do Bolsa-Família não pode integrar a cota da saúde

O governo não poderá transferir R\$ 1,2 bilhão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Ministério da Saúde. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão que eliminou essa possibilidade, prevista no texto original da Medida Provisória 261/05.

A mudança foi feita ainda na Câmara e confirmada pelo Senado. Os deputados interpretaram a transferência de recursos entre os dois ministérios como manobra do governo para contabilizar os R\$ 1,2 bilhão do Bolsa-Família como recursos que integrariam a

cota mínima de gastos em saúde, a que o governo é obrigado por determinação constitucional.

Como o governo já gastara, desde a edição da medida provisória, 92% desses R\$ 1,2 bilhão, o relator da matéria no Senado, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apresentou emenda tornando os efeitos do projeto de lei de conversão retroativos a 30 de setembro, data em que a MP foi editada. A alteração terá de ser examinada pela Câmara dos Deputados.

Créditos

Além da transferência, o projeto abre crédito no valor de R\$

483,4 milhões para indenizar pequenos agricultores do Sul do país, vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atingidos pela estiagem do final do ano passado.

Outro crédito, de R\$ 450 milhões, será usado pelo Ministério da Previdência Social no pagamento de setenças transitadas em julgado até o mês de setembro deste ano, no valor máximo de 60 salários mínimos. Trata-se de dinheiro devido pela União a trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Aprovada a redação final de três projetos

O Plenário aprovou a redação final de três projetos, entre eles o Projeto de Lei da Câmara 26/98, que define sanções para quem realizar atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas. O projeto vai à sanção.

Também com redação aprovada o PLC 87/03, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e retorna à Câmara com alterações.

O Projeto de Lei do Senado 105/04, sobre datas comemorativas de diferentes etnias do Brasil, também teve redação aprovada e será enviado à Câmara.



A sessão ordinária deliberativa do Senado Federal foi suspensa ontem para homenagear a comitiva da 26ª Festa da Uva de Caxias do Sul (RS). A iniciativa partiu do senador Paulo Paim (PT-RS), que ressaltou a importância do evento para a região. – Trata-se de uma das maiores festas típicas do país, regada a vinho, salame, uva e champanha produzidos na região, que atrai milhares de pessoas para a cidade – afirmou.

Política Nacional de Irrigação segue agora para a Câmara

O Senado aprovou substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 229/95, que institui a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e cujo objetivo é estabelecer um marco regulatório para a prática de irrigação, pública ou privada, promovendo o consumo racional da água, a melhoria da produtividade dos agricultores brasileiros e a prevenção da desertificação dos solos.

Entre as diretrizes dessa política destacam-se o incentivo à participação de empresas privadas e de organizações não-governamentais nos projetos de irrigação e o estímulo à organização dos beneficiários desses projetos para que eles próprios os administrem.

O substitutivo segue agora para a Câmara dos Deputados.

Alteração no Código de Processo Civil vai à sanção presidencial

Vai à sanção presidencial o Projeto de Lei da Câmara 52/04, de iniciativa do Poder Executivo, que altera o Código de Processo Civil determinando que, quando um juiz der ganho de causa em ação de cobrança de dívida, o pagamento terá que ser feito de imediato, sem a necessidade de abertura de um novo processo para viabilizar o recebimento, a chamada ação de execução.

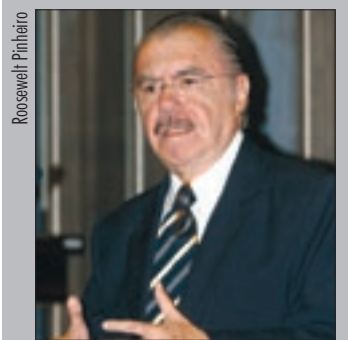
Também foi aprovado o PLC 71/02, de autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que autoriza a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais por meio eletrônico. De acordo com a matéria, as pessoas de direito público, exceto os municípios, devem oferecer, em 120 dias, serviços de envio e recebimento de atos eletrônicos.

Senadores solidários a José Sarney

Chegou a 78 o número de senadores que assinam a nota de solidariedade a José Sarney (PMDB-AP) em razão da decisão do governo do Maranhão de intervir na administração do Convento das Mercês, em São Luís, que abriga o Memorial José Sarney, com cerca de 550 mil objetos e documentos relativos à passagem do senador pela Presidência da República.

A nota, proposta pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e apoiada pelo presidente Renan Calheiros, atribui à disputa política no estado a ameaça de desalojar o acervo:

“O país não pode ser vítima de uma manobra paroquial que pretende atingir a pessoa do senador José Sarney. Também não podemos deixar de resguardar a memória da passagem do senador pela Presidência da República, por tudo o que aqueles fatos representam para a história nacional e as futuras gerações”.



Na Presidência, Sarney colecionou cerca de 550 mil objetos e documentos



Celso Azevedo
Para Osmar Dias, afirmações do presidente mostram sua falta de sintonia com a sociedade

Osmar Dias discorda de opiniões de Lula

Osmar Dias (PDT-PR) criticou a declaração do presidente Lula, em entrevista ontem às principais rádios do país, de que o Brasil está vivendo um círculo virtuoso na economia. O senador lembrou que o produto interno bruto (PIB) teve uma queda de 1,2% no último trimestre e disse que as afirmações do presidente mostram a falta de sintonia com a sociedade e explicam a queda de sua popularidade.

Osmar Dias também discordou da declaração de Lula com relação ao bom desempenho da indústria.



Romeu Tuma: se não havia provas contra Dirceu, Lula deveria tê-lo mantido na chefia da Casa Civil

Tuma questiona defesa feita por presidente

Ao comentar entrevista concedida pelo presidente Lula ontem, Romeu Tuma (PFL-SP) questionou o que teria levado o presidente a demitir José Dirceu da chefia da Casa Civil, mesmo não acreditando que houvesse provas contra ele.

O senador lembrou que o ex-ministro, cujo mandato parlamentar foi cassado na última semana, afirmou que saiu do Ministério por ter sido demitido. Tuma ponderou que, se Lula diz que não havia provas contra Dirceu, este deveria ter permanecido no cargo.

Comissão vai aprofundar investigação sobre prejuízo de R\$ 730 milhões sofrido por fundos de pensão entre os anos de 2000 e 2005. Ex-diretor do BB fala sobre o caso Visanet

CPI vai tomar depoimentos de diretores de fundos e corretoras

A CPI dos Correios aprovou ontem requerimentos convocando, para prestar depoimentos, representantes dos fundos de pensão e das corretoras de valores investigados pela comissão. Também vão depor beneficiários finais já identificados que têm relação com o prejuízo de R\$ 730 milhões dos fundos, entre 2000 e 2005.

Dos 14 fundos que constam no parecer divulgado na terça-feira pelo sub-relator para fundos de pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), serão convocados diretores de investimento ou financeiros da Funcef (Caixa Econômica), Geap (Fundação de Seguridade So-

cial), Nucleos (Eletronuclear), Petrus (Petrobras), Postalís (Correios), Prece (Cedae), Real Grandeza (Furnas), Refer (ferroviários), Serprus (Serpro) e Sistel (trabalhadores em telecomunicações).

Não foram convocados diretores da Portus (antiga Portobrás), Eletros (Eletrobrás), Centrus (Banco Central) e Previ (Banco do Brasil). Entre os beneficiários finais, serão chamados José Carlos Batista, empresário que tem 1% das cotas da Guaranhuns, que aparece como sacadora das contas de Marcos Valério; Christian de Almeida Rego, filho de Haroldo de Almeida Rego Filho, conhecido

como Pororoca; e Cristiano Costa Beber, conchudo de Christian.

Também foi aprovado requerimento da Sub-Relatoria de Contratos para reconvocar Ioannis Amersonnís, dirigente da Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. (Beta), que presta serviços à Rede Postal Noturna dos Correios. A Beta e a Skymaster, acusadas de participar de "um conluio" para dividir os contratos ganhos na estatal, foram citadas pelo sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), como responsáveis por superfaturamento e por levarem a estatal a ter um prejuízo de mais de R\$ 64 milhões.

Pizzolato reafirma que Gushiken interferiu em repasse à DNA

O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato reafirmou ontem, em novo depoimento à CPI dos Correios, que o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, interferiu na decisão de antecipar recursos da conta da Visanet para a DNA, agência do publicitário Marcos Valério, em 2003.

Durante o depoimento, o ex-diretor entrou em contradição várias vezes.

Ele desqualificou uma entrevista publicada pela revista *IstoÉ Dinheiro*, em que confirmava a interferência de Gushiken. Diversos parlamentares chegaram a comentar que Pizzolato poderia estar tentando acobertar o ex-ministro.

Diante das evasivas, foi advertido pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS). "A um ex-diretor do Banco do Brasil não se concebe desconhecimento sobre determinados

assuntos, que não devem ser tratados de uma maneira tão frugal. O senhor chega a depor contra a história da instituição", disse Delcídio.

Em nota, Luiz Gushiken garantiu que "jamais sugeriu, soube ou tomou qualquer decisão sobre antecipação de recursos para a DNA ou qualquer outra agência de publicidade, sejam financiados, ou não, por recursos da Visanet ou de qualquer outra empresa coligada ao Banco do Brasil".

Presidente da Coteminas explica operação com PT

O empresário Josué Gomes, presidente da Coteminas e filho do vice-presidente, prestou contas, ontem, a autoridades e ao Congresso, sobre o pagamento de R\$ 1 milhão feito à companhia pelo PT.

Josué entregou documentos com a comprovação dos registros contábeis referentes à operação. "A Coteminas fez tudo corretamente. Quem tem que se explicar em relação a essa história é o partido", afirmou ele.

Comissão decide na terça se convoca ministro Palocci

A CPI dos Bingos decidiu que será votado na terça-feira o requerimento convocando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para prestar depoimento. Ontem, o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), relatou suas tentativas infrutíferas de acertar com Palocci uma data para a visita. Disse que, em conversa por telefone, na última terça-feira, ele preferiu não aceitar o convite para comparecer ainda este mês.

Empresário diz não saber o que transportou para SP

Em depoimento à CPI dos Bingos, José Roberto Colnaghi afirmou não saber o que havia nas caixas de bebidas que Ralf Barquette e Vladimir Poletto teriam transportado, de Brasília para São Paulo, em seu avião *Sêneca*. Ralf e Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci em Ribeirão Preto (SP), foram acusados por *Veja* de terem usado o avião para transportar US\$ 3 milhões, supostamente doados por Cuba para campanhas eleitorais do PT.

Arthur Virgílio elogia depoimento dado a CPI por jornalista

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), elogiou o depoimento da jornalista e empresária Mara Gabrielli, na terça-feira, à CPI dos Bingos. Mara, que está à frente da Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida do município de São Paulo, afirmou ter-se encontrado com o presidente



Virgílio avalia que falta de ação de Lula em Santo André levou a "uma situação macabra"

da República em março de 2003, quando teria denunciado um esquema de corrupção no município

paulista de Santo André.

— E o presidente Lula, em vez de solicitar providências ao Ministério Público, encaminhou a denúncia ao então prefeito de Santo André, suspeito de participar do esquema de corrupção — estranhou o senador.

Arthur Virgílio ressaltou que "essa incapacidade do presidente de dar respostas concretas aos problemas que lhe são apresentados resultou, no caso de Santo André, em uma situação macabra, com vários assassinatos, incluindo a de Celso Daniel".



Antonio Carlos considera criminosa operação do PT com a empresa do vice-presidente

ACM: governo não tem credibilidade

O pagamento de R\$ 1 milhão feito pelo PT à Coteminas, empresa cujo dono é o vice-presidente da República, José Alencar, levou Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a desferir novas críticas contra o governo Lula. Após classificar de criminosa a operação, o senador afirmou que o atual governo não tem moralidade e credibilidade, nem merece o respeito da população.

ACM anunciou que irá obstruir a votação do Orçamento de 2006, independentemente do apoio dos líderes partidários.



Na opinião de Heloísa, presidente só não será processado porque Congresso está desmoralizado

Heloísa: só vigarice impede indignação

Em discurso no Plenário, ontem, Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que somente por "ignorância, inocência ou vigarice política" as pessoas não ficariam indignadas com o presidente da República, que, em seus pronunciamentos, insiste em dizer que não sabia dos atos de corrupção que vêm sendo denunciados no Partido dos Trabalhadores.

A senadora salientou que Lula só não será processado por crime de responsabilidade porque o Congresso está desmoralizado.

Caso seja acolhida pelo Plenário do Senado, a proposta volta à Câmara dos Deputados para nova votação, por ter sido modificada pelos senadores

Comissão de Justiça aprova projeto que recria a Sudene

Por votação simbólica, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto da Câmara, originário do Executivo, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O texto segue para o Plenário, para votação em regime de urgência, conforme requerimento do relator, aprovado na mesma reunião.

A proposta (PLC 59/04-Complementar) estabelece a composição, a natureza jurídica, os objetivos, a área de competência e os instrumentos de ação da Sudene. Caso seja aprovada, volta à Câmara dos Deputados para nova votação, por ter sofrido modificações no Senado. Jereissati disse lamentar que, apesar de o projeto ter sido exaustivamente

debatido na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde foi aprovado com 11 emendas, o governo tenha tentado postergar o exame na CCJ, apresentando, na última hora, outras 29 novas emendas ao seu relatório.

Para garantir a votação, o relator optou por dar parecer oral sobre as emendas, apresentadas pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR)

em nome do governo, acatando algumas que pouco alteravam o texto e rejeitando as principais modificações de interesse do governo.

Em especial, Tasso Jereissati rejeitou a emenda que propunha acabar com o BNB-Par, banco de investimentos operado pelo Banco do Nordeste para captar



Substitutivo de Tasso Jereissati vai a exame do Plenário

recursos no mercado de capitais para projetos da Sudene. Outra emenda não acatada pretendia manter no conselho deliberativo da superintendência os ministros das áreas setoriais, o que o relator tinha retirado no projeto original para diminuir o peso do governo federal no colegiado.

Jereissati rejeitou ainda duas

emendas que tentavam criar brechas para que o governo pudesse, segundo ele, contingenciar recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE). “Se houver contingenciamento, acaba a Sudene”, protestou o senador.

Para agilizar a aprovação do projeto, o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), determinou que fossem votadas em bloco tanto as emendas acatadas quanto as rejeitadas, apesar do pedido de Jucá de destaque para votação em separado de cinco das emendas rejeitadas.

Controle

Embora tenha aprovado a extinção da Sudene, em 2001, por conta das constantes denúncias de corrupção à época, o senador

Jefferson Péres (PDT-AM) disse acreditar que o mecanismo de dar aos bancos o poder de analisar os projetos apresentados pelas empresas privadas impedirá agora que a corrupção ressurgira. Segundo ele, essas novas regras protegerão a Sudene das pressões políticas, que antes existiam, para aprovar projetos não economicamente viáveis.

Na opinião do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a Sudene é um órgão tão importante para o desenvolvimento dos nove estados nordestinos e de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo que não se pode aceitar a extinção do órgão por causa das denúncias de corrupção.

— É perfeitamente possível decidir sobre os projetos de maneira técnica, fiscalizando melhor sua execução — garantiu.

Saneamento básico no país poderá ter diretrizes nacionais

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolheu parecer de César Borges (PFL-BA) favorável à constitucionalidade de projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A matéria (PLS 155/05) será apreciada pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) — nesta última, terá decisão terminativa. O objetivo do projeto, segundo Camata, é aperfeiçoar o modelo institucional de oferta de saneamento básico e estabelecer normas claras para reduzir “as incertezas na relação entre o poder público e os prestadores de serviço”.

Segundo César Borges, o projeto define como de interesse local o serviço “no qual todas as atividades, infra-estruturas e instalações operacionais se destinem ao atendimento de um único município” e como de interesse comum aquele “em que alguma das atividades, infra-estruturas ou instalações atenda a dois ou mais municípios”. Na primeira hipótese, disse, a competência é municipal; na segunda, pode ser transferida ao estado, mediante lei complementar que institua região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.



Presidida por Antonio Carlos (E), CCJ aprova aumento na pensão concedida aos pais de soldado morto em atentado terrorista, em 1968

Dívida com uso de telefone e luz pode prescrever em um ano

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de César Borges (PFL-BA) que reduz para um ano o prazo de prescrição para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos. A proposta, votada em decisão terminativa, inclui o pagamento de serviços prestados aos usuários, como energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento.

Pela atual legislação, o prazo prescricional é de cinco anos. Na opinião de César Borges, esse longo período dificulta a relação entre fornecedores e consumidores dos serviços.

— A possibilidade de apresentação, pelo prestador do serviço, de contas relativas a serviços prestados em passado já remoto sujeita o usuário ao ônus da guarda de recibos por tempo excessivo, sob

pena de ser constrangido a pagar em dobro pelo serviço consumido — explicou César Borges.

O substitutivo acrescenta inciso ao artigo 206 do Código Civil (Lei 10.406/02), que dispõe sobre prazos prescricionais. Para Romeu Tuma, a proposta (PLS 366/04) não inviabiliza a atividade econômica de prestação de serviços públicos.

— Ao contrário, estimula a eficiência dos empreendedores de serviços públicos e assegura maior previsibilidade e transparência às contraprestações devidas pelo consumidor — destacou Tuma.

Pensão

A CCJ aprovou também projeto de lei da Presidência da República que altera o valor da pensão especial concedida a Mário Kosel e Terezinha Lana Kosel, de R\$ 330 para R\$ 1.140, a partir de janeiro de 2004, que passa a ser atualizada conforme os critérios estabelecidos para os benefícios

do Regime Geral da Previdência Social (PLC 126/05). O casal recebe a pensão pela morte do filho, o soldado Mário Kosel Filho, em atentado terrorista por motivações políticas, em 1968.

Para o relator da matéria, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a correção da pensão procura fazer justiça aos pais do soldado, além de reduzir os problemas vividos por eles.

Vários parlamentares apoiaram o projeto, mas consideraram o valor de R\$ 1.140 ainda muito baixo, se comparado a outras pensões concedidas por morte ou mesmo pela anistia política. O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) chegou a propor uma emenda para estipular um valor mínimo para esse tipo de indenização, mas desistiu a fim de que o projeto não retornasse à Câmara dos Deputados para nova votação, atrasando, assim, a aprovação da matéria.

Proposta disciplina edição de medidas provisórias

Medida provisória (MP) somente terá força de lei depois da aprovação de sua admissibilidade pelo Congresso, mediante o reconhecimento da existência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. A determinação está prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que disciplina a edição de MPs, a ser votada na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para quarta-feira.

Pela proposta, cujo primeiro signatário é o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a MP perderá a eficácia se não for convertida em lei no prazo improrrogável de 120 dias, contados da sua publicação, ou em caso de inadmissibilidade por não atender aos requisitos constitucionais.

Na reunião de ontem da CCJ, o relator da matéria, Edison Lobão (PFL-MA), chegou a ler seu parecer pela aprovação, mas, com o pedido de vista de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC), a votação foi adiada.

A comissão aprovou ainda requerimento de ACM para que o ministro da Fazenda preste informações sobre operações financeiras entre o Banco do Nordeste e a empresa controladora do empreendimento Beach Park, no Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Importância da atuação da entidade inspirada no pensamento do filósofo católico é lembrada em vários pronunciamentos durante sessão especial

Senado exalta ação humanitária do Instituto Jacques Maritain

O Senado homenageou ontem, com uma sessão especial, o Instituto Internacional Jacques Maritain, pelos 30 anos de fundação. Com sede em Roma, a entidade, de caráter cultural e humanitário, atua em países dos cinco continentes, inclusive no Brasil, onde se instalou em 1991.

Aberta pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), a sessão contou com pronunciamentos dos senadores Marco Maciel (PFL-PE), de quem partiu a iniciativa da homenagem, Jefferson Péres (PDT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Renan Calheiros, presidente do Senado. Também falaram na solenidade o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e Alceu Amoroso Lima Filho, que preside a unidade do instituto no Brasil.

Homem de profunda religiosidade, Jacques Maritain, filósofo francês que viveu de 1882 a 1973, colaborou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948.

Liberdade e ética

Ao destacar a obra de Jacques Maritain, Marco Maciel salientou que a sessão especial significava a reafirmação do compromisso do Senado com a edificação de uma sociedade democrática, ciente de que a conquista e a defesa da liberdade, bem como a busca da verdade, são essenciais à expressão mais autêntica de sua missão.

Essa missão, ressaltou Maciel, está profundamente identificada com a mensagem que Maritain transmitiu com seu novo humanismo, o chamado humanismo integral. Observou que essa filosofia, fundada no teocentrismo, trouxe o “despertar da consciência cristã” para problemas estritamente temporais, sociais e políticos implicados na restauração de uma nova cristandade.

Por sua vez, Jefferson Péres destacou que, “sofrido, perplexo e indignado, no Brasil de hoje” é mais do que nunca atual a mensagem do filósofo Jacques Maritain em favor da ética na política.

– Espero que esse evento ajude a estimular, especialmente entre os jovens, o interesse pela obra de Maritain, generosa fonte de



Patrus Ananias, d. José Freire Falcão, João Alberto e d. Edson Luís ouvem Maciel (E)

inspiração intelectual e exemplo de coragem política para os democratas de todos os matizes – disse Jefferson.

Já Eduardo Suplicy assinalou que, na prática, a atuação do instituto visa a um “desenvolvimento que alcance a configuração de um homem íntegro, integral e em solidariedade com todos os outros homens”.

No Brasil, informou Suplicy, a organização realiza pesquisa por meio de núcleos de estudos nas principais universidades do país, com a finalidade de difundir os princípios da instituição e reunir intelectuais que queiram promover um humanismo integral.

“Individualismo feroz”

Em discurso enviado à Mesa, uma vez que se encontrava no Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, definiu Jacques Maritain como pensador católico e progressista, em uma época de “individualismo feroz, vaidades exacerbadas e consumismo desenfreado”.

– Para Maritain, a democracia tem sentido apenas se todos, sem exceção, usufruírem dos benefícios da riqueza, da cultura e do desenvolvimento, bem como do progresso espiritual, que deve caminhar junto com o material.

Renan assinalou que, no Brasil, participam da entidade personalidades de expressão, como o ministro Patrus Ananias, o professor Cândido Mendes, o bispo dom Tomás Balduino e o padre José Carlos Brand Aleixo.

Patrus Ananias afirmou que o compromisso com os pobres e com os direitos sociais está sempre presente na obra do filósofo.

Entidade luta pela liberdade, diz Alceu Filho

Agradecendo a homenagem ao instituto, o presidente da unidade brasileira, Alceu Amoroso Lima Filho, disse que a organização tem procurado, com todos os meios a seu alcance, divulgar a obra do filósofo cristão e de todos os pensadores que seguiram seus ideais e sua filosofia.

Ao se referir à atuação da entidade no Brasil, ele destacou o trabalho empreendido por seu pai, escritor Alceu Amoroso Lima, já falecido. Conforme salientou, a missão do instituto também está associada à defesa das liberdades democráticas.

O ministro contou que, aos 17 anos de idade, questionou, em carta ao escritor Alceu Amoroso Lima, as posições de Maritain na obra *O Camponês do Garona (1966)*, por considerar o livro conservador e pessimista. Alceu, porém, segundo o ministro, demonstrou, na resposta à carta, “a dimensão eterna da obra de Maritain”.

– A geração de Franco Montoro, dom Helder Câmara, dom José Maria Pires e outros nomes de posições políticas diversas encontrou inspiração no individualismo comunitário de Jacques Maritain – disse Ananias.

Estiveram presentes ainda à sessão especial dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília, e dom Edson Luís Campos da Silva, bispo da Igreja Católica Brasileira.

Pavan é a favor da liberação de visto para turistas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apoiou a proposta do ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, de desburocratizar o processo de concessão de vistos para a entrada de turistas no Brasil, sobretudo americanos. O ministro participou, ontem, de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Segundo Pavan, desde que o Brasil passou a exigir vistos para entrada de americanos no país, alegando o princípio da reciprocidade, o número de turistas dos Estados Unidos parou de crescer. A medida, disse o parlamentar, está impedindo que milhares de dólares sejam gastos em alimen-



De acordo com Pavan, não se justifica exigência para turistas americanos

tação, têxteis, hotelaria e artesanato, entre outros produtos.

– Não dá para exigir dos americanos o mesmo que exigem de nós. Eles realmente precisam exigir essa documentação para evitar a entrada maciça de pessoas vindas de diversos países do mundo. No Brasil, é justamente o contrário: precisamos que cada vez mais turistas visitem nosso país e deixem divisas.

Teotonio culpa o atual governo pela situação de Alagoas

Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) responsabilizou a atual administração federal pelo fato de Alagoas registrar a menor expectativa de vida do país e o maior índice de mortalidade infantil. Ele acusou o governo Lula de interromper o trabalho de saneamento iniciado no governo Fernando Henrique e de paralisar a construção de adutoras e de redes de abastecimento de água em cidades do seu estado.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Alagoas



Segundo Teotonio, estado registra menor expectativa de vida no país

a expectativa de vida é de 65,5 anos, contra a média nacional de 75,7 anos. Ainda de acordo com a pesquisa, a mortalidade infantil no estado é de 55,7 crianças em cada mil, mais que o dobro da média nacional, que é de 26,6.

Teotonio disse que há mais de um ano vem alertando o Executivo para o problema.

Aelton defende reembolso a quem aplicou em avestruz

Aelton Freitas (PL-MG) cobrou das autoridades providências urgentes para garantir o reembolso a milhares de investidores que aplicaram dinheiro na empresa Avestruz Master. A sociedade, que era considerada o maior criatório de avestruzes da América Latina, está fechada desde o último dia 4 de novembro, atrasou pagamentos, teve vários cheques devolvidos, sócios presos e está sendo investigada pela Polícia Federal sobre suposto envolvimento em crimes contra o sistema financeiro e de sonegação fiscal, disse o senador.

– As autoridades competentes não podem permitir a ocorrên-



Autoridades não podem permitir a ocorrência de calote, afirma Aelton

cia de calote, pois esse caso da Avestruz Master é emblemático e deve servir de exemplo para que outras empresas se sintam obrigadas a adotar condutas mais responsáveis para com os seus parceiros e clientes, com a certeza de que irregularidades não ficarão impunes. Ética e respeito com quem investe legalmente são fundamentais em toda negociação comercial – observou.